



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE - SEÇÃO B

PROCESSO: 00345770620198172001

**CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **WIRLA CARLA CORDEIRO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., , vem apresentar a presente **ALEGAÇÕES FINAIS em forma de MEMORIAIS**, o que faz consubstanciado nas razões que seguem abaixo, expondo para em seguida requerer:

Aclarado Julgador, a Seguradora ré faz uso de suas Alegações Finais em forma de Memoriais para trazer a vosso crivo a análise da presente demanda, bem como apresentar sucintamente suas considerações referentes às suas teses de defesa.

Alega a parte autora em sua peça vestibular que, Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a vítima já havia sido indenizada em razão de lesão anterior no mesmo membro.

### DO MÉRITO

#### DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

#### LESÃO PREEXISTENTE

Deve-se repisar que, o autor pleiteou administrativamente verba indenizatória DPVAT, cujo processo foi regulado sob o nº. 31601495113160149511, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 16/12/2013.

Frisa-se que a parte autora requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos do processo em questão, a quantia de R\$ 4.725,00 , em decorrência de lesão em joelho direito que acarretou invalidez de 50% do MEMBRO INFERIOR DIRIEITO, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que fora recebida anteriormente.

Abaixo, o print do laudo administrativo, que deixa clara a mesma lesão sofrida no joelho com rompimento do ligamentar (LCA –Ligamento cruzado anterior):

| DADOS DO SINISTRO                          |   |  |
|--|---|--|
| <b>Número:</b> 3160149511                  | <b>Cidade:</b> Olinda   | <b>Natureza:</b> Invalidez Permanente                |
| <b>Vítima:</b> WIRLA CARLA CORDEIRO        | <b>Data do acidente:</b> 16/12/2013   | <b>Seguradora:</b> COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A |
| PARECER                                    |   |  |
| <b>Diagnóstico:</b>                        | Trauma com entorse do joelho direito e ruptura do LCA.  |  |
| <b>Descrição do exame médico pericial:</b> | Observo cicatriz cirúrgica no joelho direito e limitação de movimento do MID.   |  |
| <b>Resultados terapêuticos:</b>            | Tratamento conservador (2013) com imobilização por 30 dias e fisioterapia. Posterior tratamento cirúrgico (2014) com cirurgia para correção da lesão do LCA do MID. Evolução insatisfatória, cursando com limitação de movimento do MID.<br>Sem complicações maiores (infecciosas e/ou vasculares). |  |
| <b>Sequelas permanentes:</b>               | Limitação funcional moderada do MID.  |  |
| <b>Sequelas:</b>                           | Com sequela   |  |
| <b>Data da perícia:</b>                    | 17/03/2016  |  |

Ora, uma vez dado o caráter permanente da invalidez, não há como eventual perícia não apurar as disfunções já presentes, acarretadas pelo acidente anterior.

Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexos de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

**Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de outra ação que teve o mérito julgado, uma vez que a parte autora sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico.**

Dessa forma, por tudo mais que dos autos consta, bem como as provas produzidas, reportando-se o Réu as razões apresentadas na contestação, e fundamentação exposta na presente alegações finais, requer a total improcedência da demanda com a extinção do processo na forma do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 21 de julho de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

